

ENTRE O REAL E O IDEAL: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO EM UMA SALA BILÍNGUE PARA CRIANÇAS SURDAS

Otávio Washington Lima Silva ¹
Suammy Priscila Rodrigues Cordeiro Leite ²

RESUMO

A concretização de uma política educacional bilíngue para surdos perpassa por inúmeros vieses, sendo um deles a formação de professores. Diante do exposto, se faz necessário refletir acerca deste elemento tão importante para uma atuação coerente e que atenda as atuais políticas educacionais voltadas ao povo surdo. Assim sendo, o presente estudo apresenta como objetivo geral conhecer a formação de professoras atuantes em salas bilíngues para surdos. Para o desenvolvimento deste estudo optamos por uma pesquisa de abordagem qualitativa (Oliveira, 2014), caracterizando-se como uma pesquisa descritiva (Gil, 2002), sendo um estudo documental (Oliveira, 2014), pois analisamos os documentos fornecidos pela secretaria da escola acerca da formação das docentes atuantes nas salas bilíngues, e por fim, para análise dos dados, utilizamos a técnica da análise documental (Ludke e André, 1986). Nosso referencial teórico esteve baseado em estudiosos de áreas como educação, linguística e aquisição da linguagem, tendo como referência autores como Slomski (2012), Strobel (2016) e Pires e Santos (2020), dentre outros. Como resultado, identificamos que apenas uma das docentes apresenta formação condizente para atuação nestes espaços, havendo a necessidade de um contínuo investimento na formação desses profissionais, bem como a emergência na elaboração, por parte do poder público, de documentos norteadores sobre os caminhos mais coerentes a serem seguidos.

Palavras-chave: Formação docente, Atuação docente, Sala bilíngue, Alunos surdos.

INTRODUÇÃO

A educação de surdos é objeto de estudo de pesquisadores há anos, bem como vem recebendo cada vez mais investimentos por parte do poder público e até mesmo de profissionais da educação que se interessam por esta área, pois se empenham para a construção de metodologias de ensino que atendam as especificidades de aprendizagem de um educando surdo. Na história, algumas foram as abordagens metodológicas apresentadas e ensaiadas, mas nenhuma com significativo sucesso para estes (Cordeiro, 2014). Entretanto, nas duas últimas décadas do século passado as pesquisas sobre surdez, língua de sinais e estratégias metodológicas se intensificaram em nosso país, o que promoveu maior reflexão sobre a

¹ Mestrando do Curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Licenciado em Letras/Libras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Tradutor/Intérprete de Libras pelo Instituto Federal de Pernambuco – Campus Pesqueira, otavioufpblibras@gmail.com;

² Doutorado em Educação pela Universidade de Lisboa no Instituto de Educação em Formação de Professores, Mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Pernambuco – UPE e docente de Libras no Instituto Federal do Mato Grosso – IFMT, suammy.cordeiro@ifmt.edu.br.

necessidade de repensar a formação e as práticas adotadas (Slomiski, 2012). Nessa perspectiva, vai se desenhando uma nova abordagem denominada de educação bilíngue para surdos, que tem por premissa a aquisição da língua de sinais (LS) como primeira língua (L1), enquanto a língua majoritária é adotada como a segunda língua (L2) em sua versão escrita (Pires e Santos, 2020).

Esta abordagem educacional não se limita ao ensino de uma língua, como observado ao longo da história através do oralismo e da comunicação total, mas reconhece que a pessoa surda é um ser complexo envolta de aspectos culturais, identitários, políticos, linguísticos e comunicacionais. A escola tem o papel de reconhecer estas especificidades, mas para isso, seus profissionais deverão ter a oportunidade de refletir acerca da língua, do hibridismo cultural, identitário, metodológico, dentre outras características e conhecimentos sobre o povo surdo. É preciso considerar a importância da formação docente para a implantação de toda e qualquer política educacional, uma vez que estes serão os agentes executores das iniciativas perpetradas pelo poder público, sabendo que o corpo docente é quem possui, ou deveria possuir, as condições para atuar junto a grupos específicos que estão na escola.

Dado o que até aqui foi exposto, objetivamos com o presente estudo conhecer a formação de professoras atuantes em salas bilíngues direcionadas para surdos de uma escola pública da cidade de Caruaru, estado de Pernambuco. O objetivo inicial se divide em dois, sendo: 1. Analisar a documentação da formação de docentes atuantes em salas bilíngues para surdos de uma escola da cidade de Caruaru-PE; 2. Confrontar a formação das docentes com o que dizem os estudiosos referenciados neste trabalho.

Esperamos que a presente pesquisa contribua para a obtenção de novos conhecimentos e informações sobre a formação de professores de salas/escolas bilíngues para surdos no contexto da educação brasileira, uma vez que o Plano Nacional de Educação (2014) estabelece em suas diretrizes que o ensino bilíngue (Libras/Português) deve ser ofertado enquanto modalidade de ensino para as pessoas surdas. Assim, é preciso refletir sobre a formação inicial e continuada de docentes que se propõem a atuar nesses recém-criados espaços do saber institucionalizado, reconhecendo que serão estes os responsáveis pela efetiva concretização dessas políticas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa, conceituada por Oliveira (2014, p. 37) como sendo “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”. De acordo com seus objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, a qual, conforme Gil (2002, p. 42) “(...) uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática”. É um estudo do tipo documental, considerando que nossas análises foram realizadas através de duas declarações entregues pela gestão escolar contendo informações sobre a formação inicial e continuada das docentes atuantes nas salas bilíngues para surdos. Ainda segundo Oliveira (2014, p. 69), a pesquisa documental “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam *nenhum tratamento científico*, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outros materiais de divulgação.” Os dados obtidos foram analisados conforme a técnica para análise dos dados, que para Lüdke e André (p. 61, 1986) esta técnica “visa estudar e analisar um ou vários documentos na busca de identificar informações factuais nos mesmos; descobrir as circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas com as quais podem estar relacionados, atendo-se sempre às questões de interesse.”

Para a realização do presente estudo, optamos por analisar a formação de duas docentes atuantes em uma escola pública municipal da cidade de Caruaru, no agreste pernambucano, que desde o ano de 2016 adota o uso da Libras como língua de instrução para o ensino dos estudantes surdos de diversas séries da primeira fase do ensino fundamental. A referida escola oferece também a educação infantil, ensino fundamental I e a educação de jovens e adultos (EJA). As salas bilíngues constituem-se a partir do levantamento quantitativo de estudantes surdos regularmente matriculados nas diversas séries da instituição de ensino, que são direcionados para serem acompanhados pelas professoras bilíngues em caráter multisseriado. No ano de 2020 a instituição possuía duas turmas, sendo uma pela manhã e outra no período da tarde. No período matutino, havia 06 estudantes matriculados, sendo 04 meninos e 02 meninas. Por sua vez, no horário vespertino totalizava 04 discentes, sendo 03 meninos e 01 menina.

As docentes atuantes nas respectivas salas são de meia idade, com estimativa entre 35 e 42 anos, não sendo possível identificar a idade exata, pois não tivemos acesso a estas informações. Com os dados obtidos, confrontamos as informações presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96) com a formação das referidas

docentes, bem como construímos uma análise com base em autoras como Slomski (2012) e Pires e Santos (2020), que apresentam reflexões sobre o perfil de formação de um docente que almeja atuar na educação bilíngue.

REFERENCIAL TEÓRICO

A aquisição de uma língua por crianças surdas vem sendo ao longo dos anos ponto de reflexão de estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento, como a educação, a linguística e a psicologia. Entretanto, durante muito tempo o foco nos estudos esteve pautado apenas em garantir a aprendizagem de uma língua, e língua essa de base oral-auditiva, compreendendo que a problemática estava na condição do indivíduo com surdez. Entretanto, Goldfeld (2002, p.49) afirma que “O objeto de estudo nas pesquisas sobre aquisição da língua deve, então, ser deslocado do interior da criança surda para suas relações interpessoais e para o meio social da qual esta participa.”

Corroborando com a afirmação acima, Bakhtin (1990), a partir da leitura realizada por Goldfeld (2002), afirma que na gênese do desenvolvimento humano, a ideologia, aqui compreendida como sendo os valores sociais apreendidos através do signo linguístico, corrobora para a construção da consciência individual, estando este indivíduo apto para exercer sua influência na sociedade a partir das suas marcas individuais (psiquismo), que por sua vez originam-se no seio social. O homem como ser de linguagem constrói sua consciência diante do outro, interagindo com o outro. Ainda segundo Goldfeld (2002, p. 52):

A ideologia (valores sociais) e o psiquismo (características singulares do indivíduo) são inseparáveis, e os signos agem como mediadores dessa relação, já que não é a realidade material que é internalizada pelo homem e sim suas simbolizações, o material semiótico. Bakhtin atribui tal importância à linguagem e à função semiótica que chega a afirmar que sem o signo não há consciência. É a base nos signos que ocorrem as relações sociais e que se constitui a consciência.

Fica claro que em decorrência da ausência de práticas significativas com o outro as crianças surdas não adquirem uma língua satisfatoriamente, o que compromete o seu desenvolvimento global. Esta ausência se reflete no atraso da linguagem, como bem pontuado por autores como Goldfeld (2002), Cordeiro (2014), Slomiski (2012), dentre outros, afirmando que a falta de aquisição de uma língua afeta diretamente o desenvolvimento das crianças surdas em âmbito social, emocional e cognitivo.

O fato de mais de 90% das crianças surdas nascerem em famílias de ouvintes contribui para que estas não estejam expostas a uma língua desde a mais tenra idade (Pires e Santos, 2020), além disso, há a ausência de profissionais preparados para acolher estas crianças no sistema de ensino brasileiro, o que reflete a falta de políticas públicas para a formação inicial e continuada de professores da educação básica (Slomski, 2012). É preciso deslocar a problemática da aquisição de uma língua da pessoa surda para o social, conforme afirma Goldfeld (2002, p.53):

A resposta para essa questão deve ser procurada, como nos mostra Bakhtin, no meio social e não no próprio indivíduo surdo ou na sua impossibilidade de ouvir. Este indivíduo não é responsável por todas as suas dificuldades, ao contrário, ele possui as capacidades orgânicas necessárias para construir-se enquanto um indivíduo no sentido social dessa palavra.

As práticas de ensino pautadas puramente no indivíduo, e não no social, fora exercida ao longo dos anos através de abordagens educativas conhecidas como oralismo e comunicação total. O oralismo surge na segunda metade do século XIX como alternativa para integração do surdo a sociedade ouvinte, compreendendo a língua oral como o único caminho de aceitação destes indivíduos. Goldfeld (2002, p. 35) afirma que “(...) o objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade, à “não-surdez””. Entretanto, esta abordagem não obteve sucesso no desenvolvimento destes indivíduos, o que representou seu fracasso após longos anos de utilização (Strobel, 2009).

Com o insucesso do oralismo, uma nova abordagem surge, a comunicação total (CT), que para além da oralidade compreende a pessoa surda como um ser de cognição e com emoções, que estabelece relações sólidas com a sociedade. Preocupa-se com os processos comunicativos do surdo nas suas mais diversas áreas, considerando que o importante é comunicar-se para ter acesso ao maior número de informações possíveis, independente do sistema utilizado. Para Goldfeld (2002, p. 40), “A Comunicação Total, como o próprio nome diz, privilegia a comunicação e a interação e não apenas a língua (ou línguas).”

Para além da língua portuguesa, a CT oportuniza a retomada do uso da língua de sinais. Essa “liberação” garantiu que as pessoas surdas voltassem a utilizar esta língua, que à época não era reconhecida legalmente, o que hoje é uma realidade através da Lei Federal nº 10.436/02. Com a retomada das discussões acerca dos benefícios das línguas de sinais, uma nova proposta de ensino vai se fortalecendo: a educação bilíngue para surdos.

A educação no contexto do bilinguismo para os aprendizes surdos reconhece a importância da língua de sinais como o canal mais adequado para o acesso a uma língua, que garantirá as condições necessárias para o natural desenvolvimento social, emocional e cognitivo destes. Além disso, reconhece que a língua majoritária ouvinte é um elemento necessário para o acesso a novos conhecimentos cotidianamente difundidos na sociedade contemporânea da qual faz parte (Maximo, 2020). Sobre esta abordagem, Slomski (p. 47, 2012) diz que:

Falar de “Educação bilíngue” no campo da educação dos surdos consiste reconhecer a coexistência de duas línguas ao redor da criança surda e do direito que esta tem de adquirir uma língua *natural* e também de aprender a língua oficial do país (Língua portuguesa, no caso do Brasil) como segunda língua.

Refletir sobre práticas de ensino na perspectiva bilíngue não é uma tarefa fácil, pois não se trata da mera utilização de duas línguas no espaço escolar. É preciso pensar em uma escola bilíngue para surdos que seja linguisticamente estimulante, onde a identidade e a cultura dessas pessoas estejam presentes em todos os espaços escolares de maneira natural, podendo a língua e seu falante circularem livremente. Só através da naturalização dessa língua, como ocorre com a criança ouvinte, que as surdas poderão desenvolver-se em patamar de igualdade.

Contudo, um ambiente propício para um bom desenvolvimento dos estudantes surdos perpassa por um elemento basilar: a formação docente. Sobre isso, Slomski (2012, p. 79) fala que “a formação profissional não se limita a formação de educadores ouvintes ou Surdos, mas uma política educacional voltada para a formação dos educadores e demais profissionais, bem como as famílias envolvidas com esta educação sejam elas Surdas ou ouvintes.”

Assim como na educação majoritária, o ensino bilíngue para surdos deverá considerar a importância do papel familiar para o desenvolvimento destes aprendizes, pois a família e a escola devem trabalhar conjuntamente em prol do discente (Cordeiro, 2014). Ainda sobre a política de formação de educadores e demais profissionais da educação bilíngue, Slomski (p. 79, 2012) continua dizendo:

Uma política de educação bilíngue para Surdos significa uma mudança de cultura, de visão de mundo, de princípios, de pensamento e de ações. Então não estamos falando de mudanças no plano operacional, dos meios, dos métodos e dos procedimentos somente, mas no plano filosófico, dos fins desta educação, por que e para que educar? Que educação de surdos temos? Que educação de surdos queremos? A metáfora que cabe aqui é a de que esta mudança é uma “porta” que se abre por dentro de cada um e a “chave” não



está do lado de fora. A chave para esta abertura está no pensamento, nas representações sobre a Surdez e a pessoa Surda, no imaginário de cada um.

As mudanças mencionadas pela pesquisadora não surgirão de forma repentina e espontânea, mas deverão ser pensadas em prol de uma abordagem educacional mais eficiente e eficaz, o que reconhecemos que vem se consolidando em nosso país, mesmo que lentamente, principalmente pelo ordenamento legal que reconhece a importância da educação bilíngue e determina sua adoção (Decreto nº 5.626/05 e Lei nº 13.005/15). Entretanto, esses elementos só poderão ser efetivados com a promoção de políticas de formação não apenas para docentes, mas de todos que direta ou indiretamente relacionam-se com os objetivos finalísticos da educação bilíngue para surdos, entrelaçando neste rol os familiares enquanto agentes imprescindíveis para que os objetivos se efetivem (Slomski, 2012).

Sobre a formação de professores da educação básica do ensino regular, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), alterada pela Lei nº 13.415/2017, determina que:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

É prerrogativa para atuação na educação básica a formação mínima em nível superior, entretanto, para a educação infantil e os cinco primeiros anos do ensino fundamental a legislação torna-se mais flexível e permite a atuação docente com formação mínima em nível médio, desde que o profissional tenha formação no curso Normal em Nível Médio. Acerca da educação bilíngue para surdos, ainda não temos nenhuma legislação que regulamente a atuação desses profissionais. Temos, até o presente momento, perspectivas apresentadas por estudiosos que teorizam sobre os benefícios desta modalidade para os aprendizes com surdez. Sabe-se que estes profissionais deverão ser proficientes na língua de sinais do país, assim como na língua majoritária escrita. Para Quadros (1997, p. 33 *apud* Slomiski, p. 80, 2012), os professores das escolas/salas bilíngues devem possuir três características básicas:

- a) deve ter habilidade para levar cada criança a identificar-se com um adulto bilíngue;
- b) deve conhecer profundamente as duas línguas, ou seja, deve conhecer aspectos das línguas requisitadas para o ensino da escrita, além de ter bom desempenho comunicativo;



- c) deve respeitar as duas línguas – isso não significa tolerar a existência de uma ou outra língua – reconhecendo o estatuto linguístico comum a elas e atentando às diferentes funções que cada língua apresenta para a criança.

Entretanto, as características acima mencionadas só poderão ser desenvolvidas através de um programa de formação docente para atuação no contexto da educação bilíngue para surdos que reconheça as interfaces linguísticas, identitárias e culturais das pessoas surdas. A respeito da formação docente, Slomski (p. 81, 2012) afirma que:

Diante de tal situação, urde que se lute por uma **política de formação pedagógica** adequada, que assegure o desenvolvimento de programas de capacitação de professores surdos e ouvinte para torna-los aptos para trabalhar com uma visão sociolinguística e cultural das crianças surdas, tais como: a) Curso de introdução à Linguística da LIBRAS e de Linguística aplicada ao ensino de uma segunda língua para os profissionais que atuam na educação especializada para surdos, para que se tornem profissionais realmente bilíngues e com qualificação profissional adequada à problemática da surdez; b) Treinamentos específicos e pertinentes que envolvam todo o pessoal da escola e incluam temas sobre a Língua de Sinais, cultura surda, consciência surda, minorias, história etc.; c) Programas de formação dos adultos surdos que desejam dedicar-se à educação de crianças surdas. Enfim, é fundamental que se transforme qualitativamente a situação linguística tanto dos profissionais ouvintes quanto dos profissionais surdos e que a habilidade na Língua de Sinais seja pré-requisito para ensinar crianças surdas. [grifos da autora]

Em seus estudos, ambas as pesquisadoras nos fazem refletir que o elemento linguístico não é o único que deve existir na educação bilíngue, pois, aspectos como identidade, cultura, construção de vínculos afetivos e o lúdico devem fazer parte do cotidiano escolar enquanto ambiente significativo para uma criança surda. Corroborando com esta afirmativa, Pires e Santos (2020, p. 67) dizem que:

(...) compreende-se que, para uma educação bilíngue, é necessário conhecer os aspectos subjetivos do sujeito usuário desta língua. Por isso é preciso pensar para além do acesso as duas línguas. É essencial para isso a formação de profissionais bilíngues, sobretudo o professor. O docente deve estar munido de conhecimento não só referentes à língua, mas sobre as estratégias que condizem com as necessidades do aluno. No caso de aluno surdo é necessário conhecer as adaptações do currículo voltado para as suas especificidades.

Dessa forma, espera-se que com o fortalecimento no processo de formação de professores para atuação na educação regular bilíngue as pessoas surdas tenham melhores oportunidades de ensino desde a educação infantil, o que refletirá em toda a sua trajetória escolar e acadêmica, garantindo o que preconiza o Artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 1996).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sujeitos do nosso estudo correspondem as docentes atuantes nas salas bilíngues para surdos de uma escola pública municipal da cidade de Caruaru, interior de Pernambuco. Objetivando preservar a identidade das docentes que tiveram as formações analisadas, utilizaremos pseudônimos de identificação, sendo Paola e Joana, respectivamente. Paola é ouvinte, formada em pedagogia, especialista em psicopedagogia e atuante no magistério da educação básica há 16 anos. Está aprendendo Libras há mais de 5 anos e não possui formação específica para o ensino de pessoas surdas. Não possui certificado de proficiência para o ensino da Libras e/ou de tradução e interpretação da Libras/Português. Por sua vez, Joana, que também é ouvinte, tem licenciatura em pedagogia e especialização em Libras/Braille, estando há mais de 20 anos no magistério da educação básica. Está aprendendo Libras há quase 10 anos, sendo certificada como proficiente pelo Centro de Apoio ao Surdo (CAS) de Pernambuco, obtendo a certificação no primeiro semestre de 2018. Não possui proficiência para o ensino da Libras, porém, é aluna do curso de Licenciatura em Letras/Libras (EAD) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nenhuma delas possui pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, mestrado e/ou doutorado.

Para que possamos melhor visualizar as informações acima mencionadas acerca dos dados de formação das docentes disponibilizadas pela escola, montamos a tabela abaixo:

Tabela 01: Indicativo da formação dos sujeitos

Docente	Graduação	Especialização Lato Sensu	Outras formações/Certificações
Paola	Licenciatura em Pedagogia	Psicopedagogia	Cursos de Libras: nível básico, nível intermediário e nível avançado.
Joana	Licenciatura em Pedagogia	Libras/Braille	Proficiência em Tradução e Interpretação (CAS/PE); Cursando Lic. Letras/Libras (UFPB).

Fonte: Autores

Observamos que ambas as docentes atendem ao Art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que determina e exige a formação mínima em Nível Superior,

sendo, no caso em estudo, uma formação que se deu em um curso superior de Licenciatura em Pedagogia para atuação na Educação Infantil e nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental em sua primeira fase. A referida lei também autoriza que profissionais com formação em Nível Médio possam atuar nos níveis já citados. Entretanto, no que concerne à atuação em uma perspectiva bilíngue, ainda não temos nenhuma legislação específica que oriente os profissionais na atuação nestas salas. O que temos são teorizações realizadas por pesquisadores sobre os perfis docentes que mais se enquadram a uma atuação na perspectiva bilíngue.

Após a análise da documentação recebida, podemos concluir que Paola deve conhecer bem a língua portuguesa em sua modalidade oral e escrita, entretanto, é uma profissional que se encontra em processo de aprendizagem de um segundo idioma, que neste caso é a Libras, pois, ela concluiu os cursos em nível básico, intermediário e avançado, nos fazendo concluir que ainda está aprendendo a língua de seus educandos surdos. Joana, por sua vez, também deve conhecer satisfatoriamente a língua portuguesa e a Libras, pois, além de ser pós-graduada em nível de especialização em Libras/Braille, é estudante do curso de Licenciatura em Letras/Libras (EAD) da Universidade Federal da Paraíba, possuindo também proficiência na tradução e interpretação da Libras, o que nos faz compreender que domina o idioma.

Acerca da formação de professores para atuação na educação bilíngue para surdos, Slomski (2012) defende que este processo se dê em uma perspectiva sociolinguística e cultura. Compreendemos com esta afirmação que a formação desses professores deverá garantir um real entendimento sobre a pessoa surda e o papel da língua de sinais no desenvolvimento biopsicossocial destes, onde será possível perceber e respeitar o indivíduo como um ser integral, não resumindo-o apenas a ausência de uma língua. A autora sugere ainda que haja formação inicial acerca da linguística da Libras, bem como a prática de ensino de segunda língua para pessoas surdas, estando esta vivência ligada a linguística aplicada. A documentação analisada nos faz concluir que a professora Joana apresenta uma trajetória de formação muito mais condizente com o que preconiza a pesquisadora Slomski (2012), uma vez que o curso de pós-graduação *latu sensu* em Libras/Braille e a segunda graduação que está cursando poderá melhor instrumentalizá-la na construção de práticas de ensino mais direcionadas para as necessidades educacionais dos estudantes surdos por ela atendidos.

Pires e Santos (2020) dizem também que a instrumentalização em língua de sinais não garantirá um bom desenvolvimento do estudante surdo, havendo a necessidade de

construção, por parte do professor, de outros elementos essenciais, como, por exemplo, conhecimentos sobre a história em que as pessoas surdas estiveram envolvidas, assim como dos elementos culturais que constituem a subjetividade do povo surdo, atrelando a isto as diversas condições de vida que estão expostos. A formação das docentes nos leva a acreditar que ambas tiveram a oportunidade de aprender sobre o que bem pontuaram Pires e Santos (2020) nos conhecimentos para além da língua de sinais.

Por fim, Slomski propõe que a formação não esteja restrita a equipe docente, reconhecendo que será necessário garantir um espaço linguisticamente estimulante, onde todos os profissionais que fazem a instituição escolar possam garantir um ambiente favorável para a aquisição, significação e uso da língua. Ela diz ainda que se faz necessário a presença de surdos nestes espaços escolares, sendo imprescindível o domínio na língua de sinais como pré-requisito para o ensino de crianças com surdez na abordagem de educação bilíngue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de surdos vem sendo objeto de inúmeros debates ao longo da história. Nos últimos tempos a proposta bilíngue vem se fortalecendo por ser defendida e estudada por muitos pesquisadores da linguística e da educação. Esta abordagem, diferente das outras perspectivas de ensino, considera a pessoa surda em sua integralidade, garantindo, quando bem estruturada, um adequado desenvolvimento das crianças surdas. Porém, sua estruturação depende de muitos fatores, sendo a formação docente um desses pontos que merecem atenção, pois, serão estes profissionais que garantirão a efetivação de toda uma política educacional bilíngue direcionada para os aprendizes surdos. Contudo, a difícil realidade da educação brasileira, que se acentua para modalidades de ensino em desenvolvimento, torna-se utópica quando pensamos em sua implantação plena, principalmente frente a ausência de políticas de formação adequada para o atendimento a este público.

Diante do exposto, e considerando a pesquisa realizada, identificamos que apenas uma das professoras possui formação condizente com o que defende os teóricos utilizados neste estudo, reconhecendo que não há até o presente momento diretrizes que orientem os profissionais da educação para um caminho formativo que mais se aproxime aos objetivos fins da educação bilíngue para surdos, sendo urgente a construção de documentos orientadores por parte do poder público. Um ponto que merece reflexão diz respeito a

necessidade investimentos em formação inicial e continuada desses profissionais para que efetivem as políticas existentes e que são direcionadas ao povo surdo em idade escolar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Relatório do Grupo de Trabalho designado por Portaria Ministerial para elencar subsídios à Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513>> Acesso em: 12/11/2020.
- CORDEIRO, Suammy Priscila Rodrigues Leite. **Ensino-Aprendizagem do Sujeito Surdo: um estudo de caso**. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) Instituto de Linguagens. Universidade Federal do Mato Grosso: Cuiabá (MT): O Autor, 2014.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2002.
- KRIPKA, Rosana Maria Luvezute. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização**. Revista de investigaciones UNAD Bogotá - Colombia No. 14, julio-diciembre.
- GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2ª ed. – São Paulo: Plexus Editora, 2002.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa D. “**A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**”, São Paulo: EPU, 1986.
- MÁXIMO, Nídia Nunes. **Elaboração de Material Didático de Língua Portuguesa para Surdos**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa, 2020.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 6. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- PIRES, Edna Misseno. SANTOS, Zilda M. Pires. **Educação de Surdos: educação bilíngue e agora professor?** – Curitiba: CRV, 2020.
- SLOMISKI, Vilma Geni. **Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas**. 1ª ed. (2010), 2º reimpr. / Curitiba: Juruá, 2012.
- STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 25/07/2020.